

# A EMIGRAÇÃO LEGAL NO CONCELHO DE BOTICAS (1960/88) – CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE

*Maria Ortelinda Barros Gonçalves*

## INTRODUÇÃO

A emigração é um fenómeno social que sob diferentes formas aparece ao longo da história humana. Embora, os emigrantes tenham experiências comuns, a própria emigração é um fenómeno diverso e complexo. Os emigrantes podem ser diferenciados pelo género, classe social, etnicidade, pela razão da emigração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global/local.

Com o incremento da mobilidade proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das novas tecnologias de informação e comunicação, as migrações internacionais são um dos principais factores de transformação e de desenvolvimento dos países e/ou regiões.

No século XIX e na primeira metade do século XX, os portugueses emigraram para o Brasil e, depois, para a Europa, com destaque para a França. Mas foi desde o fim da II Guerra Mundial, e sobretudo nos princípios dos anos sessenta do século XX, que se processou o movimento emigratório, com amplitude mais notória. O pujante desenvolvimento económico verificado nas nações europeias industrializadas, no pós-guerra até aos anos setenta, gerou um alargamento do mercado de trabalho a que a população nacional era incapaz de satisfazer, obrigando à procura de mão-de-obra nas periferias europeias, nomeadamente mediterrânicas, da qual Portugal faz parte. Oportunidades de emprego e oferta de melhores salários na Europa desenvolvida, proximidade geográfica dos locais de destino e ainda razões de ordem política (regime salazarista e guerra colonial em África) configuraram-se como macro determinantes da emigração de todas as regiões do nosso país, principalmente das áreas rurais ou menos desenvolvidas.

A pouca riqueza económica, o duplo isolamento – altitude e interioridade –, a escassez e precariedade de alternativas locais, de ocupação/rendimento assim como o aparecimento de outras questões concorrentes nomeadamente as redes migratórias condicionaram e condicionam também a população barrosa a encontrar na emigração resposta às suas necessidades, participando naquele êxodo internacional.

De onde, para onde, quem emigra no concelho de Boticas<sup>1</sup>, no período de 1960/1988? Com o objectivo de procurarmos resposta a estas questões, consultámos os dados presentes nos passaportes dos emigrantes, atinentes ao espaço e tempo referidos e cuja análise apresentamos.

## CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE GEOGRÁFICA NO CONCELHO DE BOTICAS<sup>2</sup>

Na população em estudo não foi encontrada notória discrepância no processo emigratório por género. Assiste-se, somente, a uma ligeira predominância masculina (52,8% de homens face a 47,2% de mulheres).

**Quadro n.º 1 – Número de casos de emigração por género**

Género	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Masculino	970	52,8	52,8
Feminino	866	47,2	100

No respeitante à correlação entre as variáveis “género” e “estado civil” encontramos uma ligeira predominância da emigração feminina, quando se observam os emigrantes solteiros invertendo-se a tendência quando a análise recai sobre os indivíduos casados.

**Quadro n.º 2 – Estado civil/género do indivíduo**

Estado Civil	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Solteiro	437 45,5%	437 50,8%	874 48,0%
Casado	503 52,3%	376 47,3%	879 48,2%
Divorciado	5 0,5%	2 0,2%	7 0,4%
Viúvo	16 1,7%	46 5,3%	62 3,4%
<b>Total</b>	<b>961</b> <b>100,0%</b>	<b>861</b> <b>100,0%</b>	<b>1822</b> <b>100,0%</b>

<sup>1</sup> Boticas integra-se no Alto Trás-os-Montes e com Montalegre constitui a região do Barroso.

<sup>2</sup> Os quadros deste capítulo foram elaborados, com base nos dados dos passaportes diferidos aos emigrantes no período compreendido entre 1960 e 1988 e consultados no Arquivo Distrital de Vila Real.

No que concerne à “idade de emigração” propriamente dita, constata-se que são sobretudo os jovens adultos que se lançam na aventura que constitui partir para um país estranho. De facto, apenas os adolescentes com menos de 18 anos provam ser a excepção à regra, ao diferenciarem-se enquanto representantes do sangue novo – que, aparentemente, potencia a emigração. E são, efectivamente, a nota dissonante, ao reunirem uma ínfima percentagem de 7,3% de indivíduos que decidem emigrar. De resto, porém, 38,6% dos indivíduos que optaram pela emigração ostentam idades compreendidas entre os 18 e os 31 anos, sendo que o intervalo etário entre os 18 e os 24 anos de idade, por si só, representa 22,5% desse total. Aliás à medida que a idade vai avançando, a tendência é para que a apetência para emigrar vá evoluindo na direcção inversamente proporcional. Nesse sentido, enquanto que a faixa etária compreendida entre os 32 e os 45 anos concentra apenas 23% de indivíduos em fase migratória, o próprio intervalo compreendido entre os 45 e os 59 anos não engloba mais do que 17,4% da população. Finalmente, somente 13,7% de indivíduos com idade superior a 59 anos continuam a encarar a emigração como uma decisão passível de ser incluída nos seus planos de vida.

**Quadro n.º 3 – Número de casos de emigração por idade**

<b>Idade de Emigração</b>	<b>N.º de casos</b>	<b>Frequências Relativas (%)</b>	<b>Total</b>
Menos de 18 anos	134	7,3	7,3
Entre 18 e 24 anos	412	22,5	29,8
Entre 25 e 31 anos	295	16,1	45,9
Entre 32 e 38 anos	213	11,6	57,5
Entre 39 e 45 anos	209	11,4	68,9
Entre 46 e 52 anos	169	9,2	78,1
Entre 53 e 59 anos	150	8,2	86,3
Mais de 59 anos	251	13,7	100

Não encontramos diferenças expressivas no respeitante à idade de emigração por género dos indivíduos (Anexo I).

O processo de recolha de dados, com o intuito de procedermos a este estudo, proporcionou-nos uma extensa lista de profissões referidas pelos próprios indivíduos, no momento em que solicitavam o passaporte. A dimensão e a dispersão da lista, levou-nos a ponderar um processo de agrupamento dos indivíduos em grandes categorias profissionais, eliminando assim, quer os dados residuais, quer a grande dimensão de valores assumidos para a variável, quer ainda, eventuais imprecisões no processo analítico. Para criar estas categorias, foi utilizado o modelo desenvolvido por Augusto Santos Silva que, numa situação idêntica, optou igualmente pela criação de categorias profissionais, tendo estas sido adaptadas à realidade estudada no presente trabalho.

Assim, relativamente ao número de casos de emigração por “categoria pro-

fissional”, destacamos a forte presença de uma categoria em particular – a das domésticas –, que concentra 44,6% da população em estudo. Por outro lado, são os camponeses e os operários agrícolas os mais próximos deste valor, representando 30% no conjunto das categorias profissionais consideradas. Os proprietários, por seu turno, já só constituem 6,7% do total analisado. E as restantes categorias profissionais apresentam valores bem mais modestos, porque dispersos por todas elas.

**Quadro n.º 4 – Número de casos de emigração por categoria profissional**

<b>Categoria Profissional</b>	<b>N.º de casos</b>	<b>Frequências Relativas (%)</b>	<b>Total</b>
Proprietários	122	6,7	6,7
Empresários e Dirigentes	15	0,8	7,5
Profissionais Intelectuais e Científicos	23	1,3	8,8
Técnicos e Profissionais de Enquadramento Intermédio	17	0,9	9,7
Empreg. do Comércio, Administrativos e dos Serviços	42	2,3	12
Artesão e Comerciantes	97	5,3	17,4
Camponeses e Operários Agrícolas	546	30	47,3
Operários não Agrícolas	49	2,7	50
Membros da Igreja	31	1,7	51,7
Membros do Exército e das Forças Policiais	12	0,7	52,4
Estudantes	54	3	55,4
Domésticas	813	44,6	100

Considerando a freguesia de residência da população no momento da emigração, constatamos que os indivíduos em análise apresentam-se mais ou menos uniformemente distribuídos pelas diferentes freguesias que constituem o concelho em estudo. Observamos, porém, o predomínio da freguesia de Boticas (sede de concelho) como principal plataforma de partida para o estrangeiro. Tal facto confirma a teoria de Portes que refere que os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida, entre expectativas de vida moderna e os meios económicos para as alcançar. A este respeito, Castles reforça que as classes mais pobres tendem a emigrar menos porque não dispõem de capital económico e de capital cultural para conhecer as oportunidades existentes, nem de capital social (ou redes) para, com sucesso, encontrar trabalho e lidar com um novo ambiente.

Atentando, agora, ao “ano de emigração”, destacamos, dois momentos de particular relevo no que se refere ao movimento emigratório em análise. Dentre esses momentos, o período que decorre entre 1980 e 1985 é especialmente pertinente, uma vez que concentra 42,2% dos actos de emigração legal. Alguns anos antes, entre 1968 e 1973, já se verificara um surto emigratório semelhante

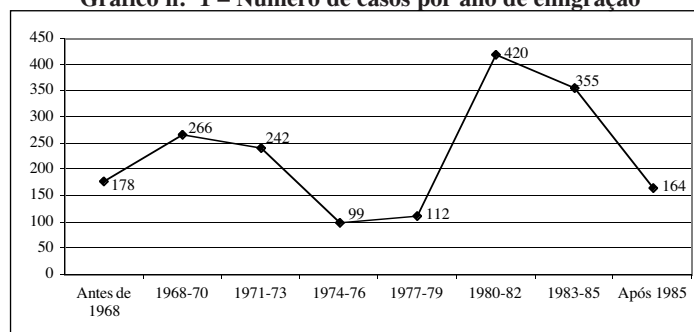
**Quadro n.º 5 – Número de casos de emigração por freguesia**

Freguesia de emigração	N.º de casos	Frequências Relativas (%)	Total
Alturas de Barroso	123	7,2	7,2
Ardãos	69	4	11,2
Beça	235	13,7	24,9
Bobadela	92	5,4	30,3
Boticas	277	16,2	46,4
Cerdedo	51	3	49,4
Codeçoso	41	2,4	51,8
Covas do Barroso	125	7,3	59,1
Curros	33	1,9	61
Dornelas	120	7	68
Fiães do Tâmega	52	3	71
Granja	62	3,6	74,6
Pinho	122	7,1	81,7
São Salvador de Viveiro	51	3	84,7
Sapiãos	148	8,6	93,4
Vilar	92	5,4	98,7
Fora de Boticas	22	1,3	100

e que convirá igualmente destacar, muito embora se tivesse revestido de menores dimensões do que aquele a que se assistiu posteriormente, no início dos anos oitenta. Os dados apresentados são respeitantes apenas à emigração legal. De facto, a década de sessenta do século XX correspondeu ao período de maior surto emigratório mas com carácter clandestino por motivos de ordem política (regime salazarista e guerra colonial em África). No caso de Boticas a clandestinidade do fenómeno emigratório foi favorecida pela proximidade geográfica fronteiriça.

Os anos mais fortes em termos de saída do país foram, também eles, intercalados por uma fase de quebra do movimento, registando-se uma percentagem de emigração de apenas 5,4% entre 1974 e 1976 e outra de 6,1% entre 1977 e 1979, reflexo do declínio económico dos países europeus de imigração provocado pela crise petrolífera de 73.

**Gráfico n.º 1 – Número de casos por ano de emigração**



Relativamente ao ano de emigração por género, apesar de não se terem verificado diferenças muito expressivas, destacamos o predomínio masculino na emigração antes de 1968, atenuando-se as diferenças entre os emigrantes de 1968 a 1970.

A partir de 1980, predominou a emigração feminina. Esta tendência de progressiva feminização dos fluxos emigratórios, encontra justificação no reagrupamento familiar e na procura de mão-de-obra imigrada feminina nos países de acolhimento. Assim, entre 1980 e 1982, os emigrantes do concelho de Boticas representavam 25,1% de mulheres emigrantes e apenas 20,9% de homens, enquanto que entre 1983 e 1985 estes valores foram de 21,1% e 17,7% respectivamente. Após 1985 volta a verificar-se um equilíbrio generalizado por género.

**Quadro n.º 6 – Ano de emigração/género do indivíduo**

Ano de emigração	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Antes de 1968	127	51	178
	13,1%	5,9%	9,7%
Entre 1968 e 1970	162	104	266
	16,7%	12,0%	14,5%
Entre 1971 e 1973	117	125	242
	12,1%	14,4%	13,2%
Entre 1974 e 1976	47	52	99
	4,8%	6,0%	5,4%
Entre 1977 e 1979	58	54	112
	6,0%	6,2%	6,1%
Entre 1980 e 1982	203	217	420
	20,9%	25,1%	22,9%
Entre 1983 e 1985	172	183	355
	17,7%	21,1%	19,3%
Após 1985	84	80	164
	8,7%	9,2%	8,9%
<b>Total</b>	<b>970</b>	<b>866</b>	<b>1836</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A análise do perfil dos emigrantes do concelho de Boticas a partir da década de 1960 incorreria no risco de tornar-se demasiado superficial se não se considerasse e avaliasse convenientemente os destinos norteadores desse mesmo movimento de emigração. Porque, no fundo, é precisamente esse último objectivo – o de alcançar um dado país – que está na base dos esforços empreendidos pela população em causa. E, logo numa primeira abordagem, o que se nos impõe é a fatia considerável de indivíduos (58,9%) que opta por não definir *a priori* o país ou países onde pretenderão instalar-se, factor revelador da grande incerteza do seu destino. Estes, ao invés de efectuarem uma selecção mais ou menos criteriosa face a um tão vasto leque de possibilidades, deixam

tudo em aberto ao assinalar a opção “todos os países/diversos países”. Importará ainda referir aqueles que, tal como os anteriores, não citam qualquer país em particular, fazendo antes referência, num caso, aos “países com quem Portugal mantém relações diplomáticas” (15,8%) e, noutro, aos “países da Europa” (0,5%). De resto, a população em análise proporciona uma numerosa listagem constituída por 37 países em que, se alguns se revelam destinos mais comuns, outros há que são apenas opções esporádicas e, portanto, com uma presença fortemente residual. Começando, naturalmente, pelos países mais referenciados, é possível encontrar, por ordem decrescente de importância: a França (15,8%), a Espanha (15,3%), a Alemanha (7%), a Itália (6,4%), a Suíça (6,4%), a Inglaterra (5,9%), a Bélgica (5,9%), a Holanda (5,4%), os E.U.A. (5,1%), o Brasil (4,1%), o Canadá (3,1%), a Dinamarca (2,7%), o Luxemburgo (2,1%) ou a Noruega (1,6%). Por outro lado, com um valor relativo inferior a 1% face ao total de países considerados, é possível deparar com países tão diversificados e díspares como a Venezuela, a Argentina, Andorra, a África do Sul, a Áustria, a Grécia, a Turquia, Marrocos, a Finlândia, a Irlanda, a Austrália, o Mónaco, o Iraque, a Islândia, Gibraltar, o Egipto, o Líbano, Israel, o México, o Japão ou a Palestina (Anexo II).

A preferência pela França como destino da emigração portuguesa, e de que a população em estudo não é excepção, tem sido uma constante desde a década de 60 do século XX e deve-se a três principais factores: “a não exigência de qualquer tipo de qualificações ou experiência anterior por parte dos empregadores franceses; a aceitação pelas autoridades daquele país de entradas em situação de total clandestinidade; a relativa facilidade de legalização de situações de estadia e de trabalho por parte das autoridades francesas e subsequentemente portuguesas”<sup>3</sup>.

Verifica-se um resultado curioso quando se analisa o país de destino dos emigrantes, à luz do género do indivíduo. Analisando somente os países que mais casos registaram (a análise recai só nestes, pois, dada a extensa lista de países indicados, só os mais mencionados apresentam resultados expressivos), constata-se que há uma tendência generalizada para que estes países sejam mais referenciados por homens do que por mulheres. Assim, temos como casos com diferenças mais notórias, a Alemanha (citada por 10,6% dos homens contra 3% das mulheres), a Espanha (20,3% contra 9,7%), a Itália (9,2% contra 3,3%) e a Holanda (8,1% dos homens, em comparação com os 2,3% das mulheres). Também nos destinos Bélgica, Brasil, E.U.A., França, Inglaterra, Suíça e na abrangente opção referente aos países com quem Portugal mantém relações diplomáticas, a tendência patente é semelhante. Somente na opção “diversos/todos os países” se verifica um comportamento inverso. Aqui, contam-se 54,6% dos homens contra 63,6% das mulheres, o que pode ser explicado pelo facto de esta ser (como se verá mais à frente) uma opção utilizada

---

<sup>3</sup> TRINDADE, 1982: 11.

essencialmente a partir do pós-25 de Abril, período a partir do qual se verifica uma superior taxa de emigração feminina, levando a que também mais mulheres tivessem em linha de conta esta opção.

A variação da opção assinalada pelos indivíduos estudados, no que ao país de destino diz respeito, segundo o ano de emigração, merece também uma análise atenta. Assim, antes de mais, deve-se estabelecer um ponto divisório para a análise, com o 25 de Abril de 1974, como eixo de estudo. Isto porque, a partir de 1974 é insistentemente referida a opção de resposta, “diversos/todos os países”, como o demonstram as respostas obtidas nos períodos compreendidos entre 1974 e 1976 e entre 1977 e 1979, em que esta opção foi escolhida, respectivamente, por 74,7% e 64,3% dos indivíduos. Ainda assim, a sua utilização intensifica-se entre 1980 e 1982 (98,8%), para, a partir de 1983, ser mesmo estendida a todos os emigrantes.

Obviamente, a utilização desta opção vem enviesar a análise a partir de 1974, até porque estes valores surgem aliados aos da opção “países com quem Portugal mantém relações diplomáticas”, que, nos intervalos de 1974 a 1976 e de 1977 a 1979, têm, respectivamente, 21,2% e 31,3%, reduzindo as referências a outros países a valores meramente residuais.

No período que antecedeu a revolução de Abril, é possível verificar que, daqueles que emigraram antes de 1968, 94,4% citam Espanha como um país de destino, 58,4% a França, 46,6% a Alemanha, 43,8% a Suíça e o mesmo valor para a Itália, 43,3% a Inglaterra, 38,8% a Bélgica e 38,2% a Holanda, para além de um extenso número de outros países com valores não tão expressivos. Torna-se, porém impossível uma análise evolutiva, pois, a partir de 1968, o destino mais referenciado (países com quem Portugal mantém relações diplomáticas), é mais uma vez pouco concreto, quanto ao país ou países para onde os indivíduos se deslocaram. Mais uma vez, há um enviesamento na análise, uma vez que se torna impossível levar a cabo uma visão comparativa, daquela que foi a evolução dos destinos dos emigrantes de Boticas ao longo dos anos. Nos intervalos de 1968 a 1970 e de 1971 a 1973, este destino foi citado, respectivamente por 45,1% e 45,5% dos indivíduos, reduzindo imediatamente a expressividade de países como a Espanha e a França (os mais referenciados no intervalo temporal anterior), entre 1968 e 1970, para 41% e 31,6%, respectivamente. Entre 1971 e 1973, a única resposta com alguma representatividade é mesmo a França (40,1%), sendo as demais, meramente residuais (Anexo III).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boticas é um território muito envelhecido. Em 4 décadas especificamente no período 1960-2001 o grupo de idade jovem (0-14 anos) perdeu praticamente o mesmo que ganhou o grupo de idade idosa (>65 anos). Este duplo envelhecimento afirma-se como uma tendência dominante da realidade concelhia. O visível carácter cumulativo de recessão demográfica atribui ao concelho de



Boticas a denominação de “espaço rural profundo”. O concelho tem vindo a perder população. Grande parte desta perda resultou da tendência de o índice de atratividade<sup>4</sup> das freguesias que integram o espaço em estudo registar valores desde 1960 cada vez mais negativos. Tal facto confirma-nos que a emigração tem-se constituído como o principal factor responsável pelas divergências demográficas.

A análise dos resultados da aplicação recente de um inquérito por questionário<sup>5</sup> por nós dirigido a 300 indivíduos em percurso emigratório no concelho de Boticas permitiu-nos reforçar a ideia de que as redes emigratórias locais têm-se auto sustentado mantendo-se o fluxo essencialmente para França, Espanha, Alemanha, Brasil, E.U.A e Canadá. Factores estruturais continuam a estimular a emigração. A inexistência prática a nível local de políticas integradas de desenvolvimento rural, tem alimentado o contínuo surto emigratório concelhio dando *corpus* às teorias que consideram os fluxos de trabalho como resultado da pobreza e do atraso nas regiões de partida.

## BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, J. Carvalho, 1993 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- BÖHNING, W. R., 1983 – “Elements of Theory of International Economic Migration to Industrial Nation States”, in M. Kritz e C. Keely (eds.) – *Global Trends in Migration: Theory and research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies.
- BORJAS, G., 2000 – *Economics of Migration, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. London.
- CASTLES, S.; DAVIDSON, A., 2000 – *Citizenship and Migration: Globalisation and the Politics of Belonging*. London: Macmillan.
- GEDDES, A., 2003 – *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. London: Sage Publications.
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2003 – *Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso*. Porto: Universidade Aberta (dissertação de Mestrado em Relações Interculturais).
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2007 – *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*. Lisboa: Universidade Aberta (dissertação de doutoramento em Geografia Humana)
- GREFFE, Xavier, 2002 – *Le Développement Local*. Paris: Éditions de l’Aube/DATAR.
- LEE, E., 1996 – *A Theory of Migration*, in R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*. Cheltenham: Edward Edgar Publishing Limited.
- PORTES, Alejandro, 1999 – *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- RAMOS, M. C. Pereira, 2003 – “Le Portugal, pays relais de la migration en Europe”. *Revue Migrations Études*, Direction de la Population e des Migrations (DPM), Paris: ed. ADRI, n.º 116, août-sept, p. 1-16.

---

<sup>4</sup> GONÇALVES, 2007.

<sup>5</sup> Tornou-se essencial delinear as características demográficas e sociais da população inquirida, tentando conhecer o contínuo fluxo emigratório presente, principalmente a nível de destinos, motivações, expectativas, e atitudes comportamentais nas vertentes social, económica e financeira.

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1982 – *Da Emigração às Comunidades Portuguesas*. Lisboa: Edições Conhecer.
- SILVA, Augusto Santos, 2000 – *Cultura e desenvolvimento: estudos sobre a relação entre o ser e o agir*. Lisboa: Edições Celta.
- SIMMONS, A. B., 1987 – *Explaining Migration: Theory at the crossroads*. Louvain: Université Catholic.

## ANEXOS

**Anexo I – Idade de emigração/género do indivíduo**

Idade de emigração	Género do indivíduo		Total
	Masculino	Feminino	
Menos de 18 anos	55 5,7%	79 9,1%	134 7,3%
Entre 18 e 24 anos	180 18,6%	232 26,8%	412 22,5%
Entre 25 e 31 anos	174 18,0%	121 14,0%	295 16,1%
Entre 32 e 38 anos	123 12,7%	90 10,4%	213 11,6%
Entre 39 e 45 anos	127 13,1%	82 9,5%	209 11,4%
Entre 46 e 52 anos	107 11,1%	62 7,2%	169 9,2%
Entre 53 e 59 anos	75 7,7%	75 8,7%	150 8,2%
Mais de 59 anos	127 13,1%	124 14,3%	251 13,7%
<b>Total</b>	<b>968</b> <b>100,0%</b>	<b>865</b> <b>100,0%</b>	<b>1833</b> <b>100,0%</b>

**Anexo II – Número de casos de emigração por categoria profissional**

<b>Categoria profissional</b>	<b>N.º de casos</b>	<b>Frequências Relativas (%)</b>
Alemanha	129	7
Bélgica	108	5,9
Brasil	76	4,1
Espanha	281	15,3
E.U.A.	94	5,1
França	290	15,8
Inglaterra	109	5,9
Luxemburgo	39	2,1
Suíça	117	6,4
Venezuela	5	0,3
Argentina	4	0,2
Canadá	56	3,1
Diversos/Todos os Países	1081	58,9
Andorra	10	0,5
Itália	118	6,4
África do Sul	5	0,3
Áustria	16	0,9
Dinamarca	50	2,7
Grécia	13	0,7
Holanda	99	5,4
Noruega	30	1,6
Suécia	55	3
Turquia	8	0,4
Marrocos	9	0,5
Finlândia	6	0,3
Irlanda	10	0,5
Austrália	1	0,1
Mónaco	8	0,4
Iraque	1	0,1
Islândia	1	0,1
Santa Fé	1	0,1
Gibraltar	1	0,1
Egipto	3	0,2
Líbano	1	0,1
Israel	1	0,1
México	2	0,1
Japão	1	0,1
Palestina	2	0,1
Países da Europa	9	0,5
Países com quem Portugal mantém relações diplomáticas	290	15,8

## Anexo III – Países de destino/género do indivíduo

Países de destino	Género do indivíduo			
	Masculino		Feminino	
Alemanha	103	10,6%	26	3,0%
Bélgica	81	8,4%	27	3,1%
Brasil	58	6,0%	18	2,1%
Espanha	197	20,3%	84	9,7%
E.U.A.	68	7,0%	26	3,0%
França	171	17,6%	119	13,7%
Inglaterra	85	8,8%	24	2,8%
Luxemburgo	30	3,1%	9	1,0%
Suíça	92	9,5%	25	2,9%
Venezuela	4	0,4%	1	0,1%
Argentina	3	0,3%	1	0,1%
Canadá	40	4,1%	16	1,8%
Diversos/Todos os Países	530	54,6%	551	63,6%
Andorra	9	0,9%	1	0,1%
Itália	89	9,2%	29	3,3%
África do Sul	5	0,5%		
Áustria	14	1,4%	2	0,2%
Dinamarca	41	4,2%	9	1,0%
Grécia	10	1,0%	3	0,3%
Holanda	79	8,1%	20	2,3%
Noruega	23	2,4%	7	0,8%
Suécia	43	4,4%	12	1,4%
Turquia	7	0,7%	1	0,1%
Marrocos	8	0,8%	1	0,1%
Finlândia	4	0,4%	2	0,2%
Irlanda	9	0,9%	1	0,1%
Austrália	1	0,1%		
Mónaco	4	0,4%	4	0,5%
Iraque	1	0,1%		
Islândia	1	0,1%		
Santa Fé	1	0,1%		
Gibraltar	1	0,1%		
Egipto	2	0,2%	1	0,1%
Líbano	1	0,1%		
Israel	1	0,1%		
México	1	0,1%	1	0,1%
Japão	1	0,1%		
Palestina	1	0,1%	1	0,1%
Países da Europa	6	0,6%	3	0,3
Países com quem Portugal mantém relações diplomáticas	162	16,7%	128	14,8%

